

Senadores começam a examinar conceito de empresa nacional

Aprovada pela Câmara, proposta chega ao Senado, deverá ser lida hoje no Plenário e seguirá imediatamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Será lida em sessão extraordinária do Senado convocada para as 11h30 o texto da proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Câmara que acaba com a discriminação às empresas estrangeiras que atuam no Brasil. A emenda seguirá imediatamente para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que dará parecer sobre a matéria.

A redação final da emenda, que modifica os artigos 170 e 176 da Constituição, foi recebida ontem, no final do dia, do presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), na condição de presidente em exercício do Senado.

Esta é a segunda proposta de emenda constitucional de interesse do governo Fernando Henrique Cardoso aprovada pela Câmara e remetida ao Senado. Desde a semana passada tramita no Senado a emenda que acaba com o monopólio do gás canalizado.

A emenda aprovada ontem pela Câmara revoga o artigo 171 da Constituição, o qual permite que a legislação conceda benefícios especiais temporários às empresas brasileiras de capital nacional para que desenvolvam atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país. A emenda, caso receba aprovação final, permitirá que empresas estrangeiras também possam trabalhar na pesquisa e na lavra de minérios, mediante autorização da União.



A aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos dispensa a sua apreciação em Plenário

Alimentos podem baratear com extinção de adicional

Alimentos básicos como arroz, feijão, leite em pó, trigo e milho poderão ficar isentos de contribuição adicional ao frete, segundo estabelece projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

A medida, conforme prevê o relator da matéria, senador Osmar Dias (PP-PR), terá reflexo positivo no preço final dos gêneros alimentícios de primei-

ra necessidade.

O projeto é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), e a aprovação terminativa pela comissão dispensa a sua votação no Plenário do Senado, se não houver recurso nesse sentido, sendo a matéria encaminhada diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

Além dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, a isenção beneficia também os insumos agrícolas. A contribui-

ção adicional, destinada à renovação da marinha mercante, é devida quando da entrada dos produtos nos portos brasileiros.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, ainda, projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda do fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Agricultores pedem mudança na irrigação

Página 4

Júnia acha que juro alto traz fome e miséria

Página 3

Comissão do Calha Norte ouvirá general

Página 4

Odacir elogia repasse mais rápido de verba

O senador Odacir Soares (PFL-RO) elogiou a decisão do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no sentido



Odacir Soares

de os recursos do salário-educação serem transferidos diretamente para as escolas de ensino fundamental.

A medida, disse o senador, vai agilizar o repasse de verbas para as escolas estaduais e municipais e evitar distorções e desvio de recursos. Segundo Odacir Soares, o programa de transferência de recursos diretamente para as escolas dá continuidade às diretrizes do Plano Decenal de Educação para Todos, porque retoma o compromisso com a melhoria da qualidade da aprendizagem no ensino fundamental.

MP da educação tem 159 emendas

Comissão presidida por Ney Suassuna deve apresentar parecer já nesta quinta-feira

O parecer sobre a medida provisória 992, que propõe modificações no sistema de ensino do país, deverá ser apresentado nesta quinta-feira, quando a Comissão Especial que estuda a matéria voltará a se reunir. Instalada ontem, a comissão é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A MP da educação recebeu 159 emendas, 19 das quais foram apresentadas pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). Essa medida provisória determina, entre outras medidas, a extinção do Conselho Federal de Educação e cria o Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior.

Dutra quer regulamentar Conselho

A apresentação de projeto regulamentando o funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social, criado em 1991 mas que ainda não foi instalado, foi anunciada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

O senador disse que a proposta de projeto de resolução foi entregue à Mesa com as assinaturas de 25 senadores e 85 deputados.



José Eduardo Dutra

Para Bello Parga, Maranhão deve sediar refinaria

Os requisitos elencados pelos técnicos da Petrobrás para a implantação da nova refinaria no Nordeste apontam para a vantagem comparativa do Maranhão em relação a outros estados pretendentes, segundo a opinião do senador Bello Parga (PFL-MA).

Ele relatou que os técnicos definiram parâmetros para garantir custos mínimos de implantação e operação em matéria de tributos, de tarifas portuárias e de custos de energia. O Estado do Maranhão oferece, segundo o parlamentar, vantagens tributárias iguais às dos outros estados, abastecimento de energia elétrica seguro, eficiente e a baixo custo e uma adutora que garantirá água abundante à refinaria.

A rede hidroviária, a Estrada de Ferro Carajás e o Pier Petrolero de Itaqui seriam outros diferenciais favoráveis aos maranhenses, na opinião do senador.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PLC nº 95/93, que adapta normas de direito processual ao disposto no inciso XI do art. 24 da Constituição Federal. (Em discussão) *PLC nº 193/93, que altera a redação do art. 809 do Código de Processo Penal, referente à estatística judiciária criminal. (Em discussão)

COMISSÕES

9h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 991/95, que estabelece normas para outorga das concessões e permissões de serviços públicos, e dá outras providências".

Pauta: Instalação e eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão: *Proposta de Emenda à Constituição nº 29/95, que altera o § 2º do art. 25 da Constituição Federal; *Proposta de Emenda à Constituição nº 5/95, que dá nova redação ao § 2º do art. 57 da CF; *Proposta de Emenda à Constituição nº 7/95, que altera o art. 159 da CF; *Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95, que altera dispositivos que menciona a CF; *Emenda de Plenário oferecida ao PLC nº 30/94, que transforma e cria cargos no quadro de pessoal do Conselho da Justiça Fed-

ral; *PLC nº 39/95, que dispõe sobre a transferência de Junta de Conciliação e Julgamento criada pela Lei nº 7.729/89, da 11ª Região da Justiça do Trabalho, Estado do Amazonas, define jurisdições, e dá outras providências; *Emenda de Plenário oferecida ao PLC nº 98/92, que altera o inciso I do art. 585 da Lei nº 5.869, de 11.01.73 - Código de Processo Civil, e dá outras providências; *Ofício "S" nº 56/92, do Presidente do STF, encaminhando ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido por aquela corte no Recurso Extraordinário nº 11.345-6, no qual declarou-se a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 5.660/79 e do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 6.985/82, ambas do Estado de Santa Catarina; e *Diversos nº 68/95, consulta da Mesa do Senado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esclareça se a posse do Senador Pedro Piva, no cargo de Conselheiro e Presidente do Conselho de Administração das Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A., fere a legislação referente aos impedimentos do exercício do mandato de senador da República; *PLC nº 33/95, que acrescenta dispositivos às Leis nºs 7.492/86, e 8.137/90; e PLC nº 37/95, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, com adoção da ação monitória. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Proposta do programa de trabalho para o biênio 95/96, entre outros temas. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.



José Agripino Maia

União para levantar obras inacabadas

A realização em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura dos trabalhos da Comissão Temporária criada pelo Senado para levantar as obras inacabadas no país foi sugerida, ontem, pelo senador José Agripino (PFL-RN), ao autor do requerimento de criação dessa comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE). Em resposta, o senador pernambucano disse a Agripino, presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que levará a proposta à Comissão Temporária, a ser instalada nos próximos dias, adiantando que a sugestão deverá ser aceita.

Carlos Wilson informou que até quinta-feira estará pronta a relação dos titulares e suplentes da comissão. "Ela vai acabar com a indústria da obra inacabada no país. A obra parada é a obra mais cara do país e a que dá mais prejuízo, tanto a nível municipal e estadual, quanto a nível federal", afirmou.

Na reunião de ontem, a Comissão de Infra-Estrutura aprovou requerimento de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI), a ser encaminhado à direção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando informações sobre o montante de recursos a serem aplicados na BR-135 - rodovia que liga Teresina ao sul do Estado e a Brasília - e o cronograma de trabalho a ser realizado por aquele órgão para conclusão da obra.

Juros altos criam fome, miséria e crime, acusa Júnia

Para líder do PDT, só quem não está gritando é o setor financeiro, único beneficiado

A política financeira do governo foi criticada pela líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), para quem a manutenção de altas taxas de juros configura "agiotagem oficializada ou usura institucionalizada" e leva o país a uma espiral recessiva de fome, miséria e crime, de acordo com os interesses do sistema financeiro.

- Há uma grita nacional, de todos os setores da economia.

Só quem não está gritando é o sistema financeiro, o mais beneficiado pelas altas taxas de juros - afirmou.

Júnia Marise advertiu que o índice 70% ao ano para os juros é um verdadeiro convite para a especulação financeira, enquanto o setor produtivo atravessa enormes dificuldades, e os maiores prejudicados são os trabalhadores assalariados que sobrevivem à custa do seu emprego.

Emília Fernandes celebra 50 anos do PTB

Fundado em 15 de maio de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro completou meio século de "compromisso com os trabalhadores e o Brasil", afirmou a senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Ela disse que, sob a liderança de Getúlio Vargas, o PTB "inaugurou uma nova fase para a economia nacional, instalando as bases para o desenvolvimento industrial". A criação da Petrobrás foi exemplo dessa visão estratégica "ainda hoje

fundamental", enfatizou.

A seção gaúcha do PTB, segundo a senadora, pauta sua ação pelos princípios gerais do trabalhismo sintetizados por Alberto Pasqualini, e o partido foi o que mais cresceu nas últimas eleições. Com 10 deputados estaduais, 30 prefeitos e 500 vereadores, o PTB gaúcho também elegeu dois deputados federais e "a primeira senadora da história do estado e da região sul", disse.



LIONS - O senador Teotônio Vilela Filho, no exercício da presidência do Senado, recebeu ontem de manhã o presidente internacional de Lions Clubs, Giuseppe Grimaldi, e comitiva.

Marina Silva faz relato de conferência

Atendendo determinação no sentido de que os senadores prestem contas de suas viagens ao exterior, a senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou ao plenário relatório de suas atividades durante a Semana da Amazônia, evento realizado em Nova Iorque, e do qual participou como conferencista e debatedora.

A senadora resumiu sua atuação em cada dia da conferência, a partir da inauguração, realizada no auditório da



Marina Silva

ONU, com a presença do embaixador brasileiro, Celso Amorim, de enviados do Ibama e de nações indígenas, e do senador Geraldo Melo, que representou o presidente do Senado.

Cafeteira: Maradona é mau exemplo

"Maradona sabe jogar futebol, mas não é um bom exemplo para a juventude brasileira, por ter consumido drogas." Com esse argumento, o senador Epitácio Cafeteira (MA), líder do PPR no Senado, sugeriu ontem, em plenário, que o presidente Fernando Henrique Cardoso aconselhe o ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, a abandonar sua idéia de trazer o jogador argentino para um time brasileiro.

Epitácio Cafeteira leu um trecho do contrato entre a empresa de Pelé e Maradona, publicado pelos jornais, que dá direitos ao grupo do ex-jogador de explorar por 30 meses a imagem do craque argentino em território brasileiro. "Explorar que imagem? De jogador? De consumidor de drogas?", ironizou o senador maranhense.

Crise na irrigação impressiona senadores

Reunidos ontem à noite na Comissão Especial do Vale do São Francisco, parlamentares ouviram relato das dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região



Marluce Pinto será a relatora da Comissão do Calha Norte

Comissão do Calha Norte ouvirá ministro do Exército

O ministro do Exército, general Zenildo Lucena, deverá comparecer ao Senado na próxima quarta-feira (31), para prestar esclarecimentos aos membros da Comissão Especial Mista que irá reavaliar o Projeto Calha Norte.

Com o prazo previsto de oito meses para reestudar o projeto, a comissão, instalada ontem, tem como relatora a senadora Marluce Pinto (PTB-RR). Foram eleitos presidente e vice-presidente os deputados Vic Pires Franco (PA) e Antonio Feijão (AP).

Constituída em sua maioria por parlamentares da região Norte do país, a comissão é composta por 12 senadores e 12 deputados. Integram a comissão, como titulares, os senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM), Gilvam Borges

(PMDB-AP), Flaviano Melo (PMDB-AC), Odacir Soares (PFL-RO), José Bianco (PFL-RO), Edison Lobão (PFL-MA), Jefferson Peres (PSDB-AM), Pedro Piva (PSDB-SP), Romeu Tuma (PL-SP), João França (PP-RR) e Marina Silva (PT-AP).

O comparecimento do ministro do Exército à comissão, segundo a senadora Marluce Pinto, será importante porque os militares detêm todas as informações sobre o Projeto Calha Norte.

Autora do requerimento que criou a comissão, Marluce Pinto afirmou que a reavaliação do Calha Norte tem como objetivo o revigoramento do projeto no sentido da integração da população setentrional brasileira aos níveis do desenvolvimento das demais regiões.

"Há imperiosa necessidade de se traçarem novos rumos para os programas de irrigação no Nordeste", reconheceu o vice-presidente da Comissão Especial do Vale do São Francisco, senador Bení Veras (PSDB-CE), ao final de quatro horas de exposições e debates, ontem à noite, em torno dos problemas que afetam os agricultores que utilizam processo de irrigação no semi-árido nordestino.

Entre as medidas aventadas para solucionar a questão está a mudança da lei da política nacional de irrigação, segundo o relator, senador Waldeck

Ornelas (PFL-BA). Ele disse que a legislação vigente, além de estatizar a irrigação pública e, por isso, já prevê a possibilidade de, no seu relatório final, sugerir projeto de lei dispondo sobre as alterações necessárias.

Os senadores ficaram impressionados com as dificuldades expostas pelos agricultores e dirigentes de cooperativas que, apesar de conseguirem exportar uvas para os supermercados alemães, mostraram-se desanimados com a falta de crédito e de apoio oficial.

Projeto facilita aquisição da casa própria

Projeto alterando a lei 8.004, com o objetivo de facilitar a aquisição de casa própria pelas populações de sem-teto, foi apresentado pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), que pretende eliminar o reajuste das obrigações contratuais nos casos de transferência de financiamento, quando se tratar da compra da primeira casa própria, através da Caixa Econômica Federal.

Campelo argumentou que sua proposta, além de justa, com grande repercussão na vida das populações carentes, aumentaria as chances de solucionar o grave problema de moradia no Brasil. O projeto estabelece que serão mantidas as condições originais do financiamento quando a transferência for feita para pessoa que compra imóvel pela primeira vez.

Privatização preocupa Alcântara

É com apreensão que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) constata a existência de "movimentos obscuros, sorrateiros, que nos deixam em dúvida sobre o processo de privatização".

Com a chegada da primeira emenda constitucional ao Senado, que flexibiliza o monopólio da exploração do gás canalizado, o senador cearense, em discurso ontem à tarde, recomendou cautela, atenção e conhecimento aprofundado.

Do governo, Lúcio Alcântara disse esperar duas coisas: clareza e transparência sobre o destino que dará aos recursos da alienação de patrimônio, e abertura do debate sobre o papel do Estado.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade ■ **Editores** – Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**